



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

236



Apelação Criminal nº: 173.267-0
Comarca: Recife
Vara: 1ª Vara Criminal dos Feltos Relativos a Entorpecentes
Apelante: Cecília Maria Bastos de Mendonça e Outro
Advogado: Maurício Bezerra Alves Filho e Outro
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procuradora de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

EMENTA: PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. RECURSOS DA DEFESA. PRELIMINAR DE NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO CONFIGURADA. ABSOLVIÇÃO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. REDUÇÃO DA PENA. DEVIDAMENTE FIXADA NAS CIRCUNSTÂNCIAS DO ART. 59, DO CP. DESPROVIMENTO.

5701

1. Preliminar de nulidade por cerceamento de defesa que não se acolhe posto que configurado o exercício do contraditório no momento da juntada aos autos dos elementos probatórios, pela designação de audiência para este fim, assim como na fase de alegações finais.
2. Apresentação de provas, mesmo que tardia, que não trouxe dano às partes, razão porque não há que se falar em nulidade sem prejuízo, nos termos do art. 593, do CPP.
3. Materialidade e autoria devidamente comprovadas nos autos. Materialidade do delito de associação para o tráfico que não se afasta pela não configuração de permanência e durabilidade, por não serem elementares do tipo, as quais, outrossim, restaram demonstradas no processo.
4. Redução da pena que não se defere pois devidamente fixada com fulcro nas circunstâncias do art. 59, do CP.
5. Preliminar inacolhida. Recurso desprovido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal, em que são partes as acima mencionadas. **Acordam** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, em não acolher a preliminar suscitada e negar provimento ao presente recurso de apelação, conforme consta na ata de julgamento, relatório, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 18 de Maio de 2010.

Des. Fausto Campos - Relator



237

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Apelação Criminal nº: 173.267-0
Comarca: Recife
Vara: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes
Apelante: Cecília Maria Bastos de Mendonça e Outro
Advogado: Maurício Bezerra Alves Filho e Outro
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procuradora de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

RELATÓRIO

Tratam-se de Apelações Criminais interpostas pelos réus **Cecília Maria Bastos de Mendonça e Erinaldo Rodrigues de Santana** contra sentença (fls. 297/308) que os condenou como incurso nas penas dos arts. 12 e 14, da Lei nº 6.368/1976 (antiga Lei de Tóxicos), impondo-lhe, respectivamente, a pena definitiva de 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 105 (cento e cinco) dias-multa, e 8 anos de reclusão e 120 dias-multa, sendo que as penas de multa à razão de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato, e as privativas de liberdade a serem inicialmente cumpridas em regime fechado.

Ambos os recursos são tempestivos.

Razões do Apelante Erinaldo às fls. 315/319, alegando a insuficiência de provas para a condenação, pugnando, ainda, pela redução da pena aplicada.

Contra-razões do Ministério Público com relação ao recurso de Erinando, às fls. 343/352, para que fosse negado provimento à apelação.

Razões da Apelante Cecília Maria, apresentadas no 2º grau, às fls. 373/383, suscitando preliminar de nulidade do feito por cerceamento de defesa e, no mérito, requerendo o afastamento da incidência do art. 14, da Lei nº 6.368/76, por inexistência de provas a configurar o referido tipo penal.

Contra-razões do *Parquet* referente ao recurso de Cecília, às fls. 388/394, para que não fosse acolhida a preliminar levantada e pelo desprovimento do recurso.



238

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



A Procuradoria de Justiça, mediante parecer de fls. 397/400, da lavra do Dr. Mário Germano Palha Ramos, opina pelo desprovimento dos apelos.

Eis o importante a relatar.

À douta revisão.

Recife, 03 de dezembro de 2009.

Des. Fausto Campos

Relator



239



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

Apelação Criminal nº: 173.267-0
Comarca: Recife
Vara: 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes
Apelante: Cecília Maria Bastos de Mendonça e Outro
Advogado: Maurício Bezerra Alves Filho e Outro
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procuradora de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO PRELIMINAR – NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DA DEFESA

Sr. Presidente.
Sr. (a) Desembargador (a).
Sr. (a) Procurador (a).

Inconformados com a sentença que os condenou pelos delitos tipificados nos arts. 12 e 14, da Lei nº 6.368/1976, interpuseram os acusados Cecília Maria Bastos de Mendonça e Erinaldo Rodrigues de Santana os presentes recursos de Apelação.

Tempestivos os recursos exclusivos da defesa, pugna a Primeira Apelante, preliminarmente, pela nulidade da sentença por cerceamento de defesa. Argumenta, neste sentido, que a defesa não tinha ciência das interceptações telefônicas e filmagens realizadas pela polícia, as quais só foram informadas e juntadas aos autos após o oferecimento da denúncia, da defesa preliminar e do interrogatório dos acusados, o que caracterizaria violação ao princípio da ampla defesa e do contraditório.

No tocante aos argumentos trazidos pela defesa, rebateu a acusação afirmando que, em que pese a notória violação ao art. 6º, da Lei nº 9.296/96, que determina a cientificação imediata ao Órgão Ministerial assim que a interceptação é autorizada, não há de se perquirir acerca da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

239-A



nulidade, visto que a condenação se funda em outros elementos probatórios dos autos.

Vislumbro a questão sobre diferente enfoque.

Isto porque, diversamente do que alega a Apelante, não houve violação ao princípio da ampla defesa e do contrário, uma vez que, noticiado nos autos a existência de imagens e gravações telefônicas relativas ao fato em epígrafe, através dos depoimentos prestados pelos policiais responsáveis pela prisão da Apelante em juízo (fls. 237/240), foi requerida pela defesa e pelo o Ministério Público (fls. 246/247), e prontamente deferida pelo Juízo (fl. 245), a designação de audiência com finalidade de reprodução e transcrição do material de interceptação telefônica e imagens.

Desta feita, foi acostada aos autos Relatório de Interceptação Telefônica (fls.254/258), assim como realizada a mencionada audiência (fls. 271/273), ocasião em que não houve qualquer impugnação aos materiais apresentados.

Não fosse somente isso, após a ciência dos referidos elementos probatórios pelas partes, houve a fase de apresentação de alegações finais, oportunidade que tiveram, então, para se defender dos fatos apurados por tais provas, possibilitando, portanto, o exercício do contraditório.

Finalmente, ainda que considerada eventual nulidade por não terem sido informadas as partes da existência destas diligências no momento da instauração do processo penal, ou mesmo, na fase inquisitorial, na qual, frise-se, não vigora o princípio do contraditório, a demora não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

240



trouxe qualquer prejuízo à defesa, visto que, conforme acima exposto, restou sanada em tempo hábil, não havendo, pois, que se falar em nulidade, na aplicação do brocardo "pas de nullité sans grief", nos termos do art. 593, do CPP.

Desta feita, voto pelo não acolhimento da preliminar suscitada, por não vislumbrar nulidade a ser sanada.

Recife, 18 de março de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

241



Apelação Criminal nº: 173.267-0
Comarca: Recife
Vara: 1ª Vara Criminal dos Feltos Relativos a Entorpecentes
Apelante: Cecília Maria Bastos de Mendonça e Outro
Advogado: Maurício Bezerra Alves Filho e Outro
Apelado: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Procuradora de Justiça: Mário Germano Palha Ramos
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal
Relator: Des. Fausto Campos

VOTO MÉRITO

A Primeira Apelante, Cecília Maria, pugna no mérito da apelação pela absolvição quanto ao delito previsto no art. 14, da Lei nº 6.368/76, por inexistência de provas que demonstrem a efetiva associação, de caráter permanente e duradouro, a fim de praticar o delito do art. 12, da supracitada lei.

O Segundo Apelante, Erinaldo, de outra banda, pugna pela absolvição do acusado, por insuficiência de provas de sua participação nos delitos em tela, requerendo, subsidiariamente, a redução da pena imposta.

Os argumentos expostos pelos Apelantes carecem de fundamento.

Consta da denúncia que os acusados, no dia 26 de setembro de 2006, foram presos em flagrante delito, no momento em que a Primeira Apelante, sob a orientação do corréu Sérgio Paulo da Silva Carmo, repassava ao Segundo Apelante 01 pedra de crack, equivalente a 102,6 g, para posterior comercialização a terceiros.

Narra, ainda, a peça exordial, que a ação dos réus vinha sendo monitorada pela polícia, e que a mando de Sérgio, Cecília pegou a droga com pessoa não identificada e a levou para guardar em sua residência, tendo posteriormente recebido a orientação de Sérgio no sentido de entregar a referida droga a Erinaldo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

242



Descreve a denúncia, outrossim, que ato contínuo à prisão em flagrante os policiais se dirigiram, juntamente com Cecília, e sob sua autorização, à residência desta, de onde apreenderam caderno em que constava toda a movimentação de entrada e saída de recursos advindos da atividade criminosa.

A materialidade dos crimes de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 12, da Lei nº 6.368/76) e associação para o tráfico (art. 14, da referida lei) encontra-se devidamente comprovada pelo Auto de Apresentação e Apreensão de fls. 28/29, da droga e do caderno em que conta a movimentação financeira das negociações criminosas, e pelos Laudo de Constatação de fl. 52 e Laudo Pericial de fls. 117/125, que apontam a substância apreendida como cocaína base (crack).

A autoria delitiva restou demonstrada pela confissão de Cecília na delegacia e em juízo (fls. 15/18 e 199/200), pelas confissões de Erinaldo e Sérgio na delegacia (fls. 19/20 e 21/22), corroboradas pelos depoimentos prestados pelos policiais que efetuaram a prisão dos Apelantes (fls. 10/14 e 205/208) e pelo taxista que conduziu Erinaldo ao local do crime (fls. 209/210), assim como pelo Relatório de Interceptação Telefônica (fls. 254/258) e pela gravação em vídeo do momento da prisão, reproduzida em audiência designada com esse fim (fls. 271/273).

Neste sentido, é que não podem prosperar os argumentos de Erinaldo de que inexistirem provas suficientes à condenação, quando verificado que a sentença se funda em provas robustas de sua participação no delito.

Da mesma forma, tampouco merece acolhida a pugnação de Cecília quanto ao afastamento da incidência do delito previsto no art. 14, da Lei nº 6.368/76, que prevê como conduta típica a associação de 2 (duas) ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 12 ou 13 da mencionada lei.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

243



A uma, que das provas dos autos, resta evidenciada a associação dos acusados para o delito de tráfico de entorpecentes, sendo Sérgio o articulador da transação, Cecília a responsável pela entrega da droga e Erinaldo o responsável pela sua distribuição a terceiros. Desta feita, é que se verifica minuciosamente delineada a participação de cada um dos acusados na empreitada criminosa.

É importante salientar que o delito tipificado no art. 12, da Antiga Lei Antidrogas, é delito de ação múltipla, que prevê como típicas as condutas de "Importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar ou entregar, de qualquer forma, a consumo substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;", de forma que a conduta de cada um dos acusados, agindo em associação, encontra-se tipificada no art. 12.

A duas, tem-se que, pela redação do dispositivo (art. 14), resta de pronto afastada a tese aventada pela defesa de que não restara demonstrada a efetiva associação, de caráter permanente e duradouro, visto que a permanência não configura elemento do tipo.

Não fosse apenas isso, resta demonstrado nos autos que a prática delitiva imputada aos acusados de fato era reiterada, o que se extrai da retro mencionadas confissões de Erinaldo e Sérgio na delegacia e pelo Relatório de Interceptação Telefônica, senão veja-se:

Erinaldo, aduz, que: "acerca de quatro meses atrás conheceu um elemento chamado Márcio, na Praça de Boa Viagem, tendo o mesmo conversado com o interrogado e oferecido o serviço para pegar crack para Márcio; que, por cada encomenda que pegasse ele interrogado ganharia R\$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

244



250,00 (duzentos e cinquenta reais); que, a primeira entrega o interrogado pegou com uma mulher de cor negra, cabelo tipo 'rastafari', no bairro de Afogados próximo da Ponte Motocomlobó; que, afirma o interrogado, que Márcio ligou para ele e disse que uma menina iria ligar para o mesmo; ; que, a pessoa ligou e marcou o local indicado, tendo o interrogado ido buscar; que, após receber o crack, recebeu nova ligação de Márcio, pedindo para ele interrogado levar o crack até a Praça de Boa Viagem; que, ao chegar na praça, entregou o crack a Márcio e recebeu os R\$250,00(duzentos e cinquenta reais; (...)) que, lá pegou crack para Márcio, umas 05 (cinco) vezes e em todas elas sempre é uma menina diferente que entrega; (...) no dia de hoje, novamente Márcio ligou para ele interrogando e disse que uma menina iria ligar; que, minutos depois uma menina ligou procurando saber onde ele interrogado se encontrava e marcaram lugar próximo ao Armazém Coral, no bairro da Estância; que, quando a menina se aproximou ele interrogado mandou que ela seguisse para o táxi que estava esperando nas proximidades; que, nesse momento, foram abordados por policiais desta Delegacia, que encontraram o crack que ele interrogado iria pegar na bolsa da menina;"

Sérgio Paulo da Silva Carmo, em seu interrogatório perante a autoridade policial (fls. 21/22), por outro lado, afirma que: "Cecília pegou a droga 'com um maloqueiro de nome Roberto' (sic), nas proximidades do Macro, bairro da Estância; que, Cecília iria fazer a entrega da droga ali próximo (no mesmo bairro); que, 'faz dois anos que vivo nessa transação'(sic) e todo contato e compra de droga que realiza é através de telefone celular".

Do Relatório de Interceptação telefônica, outrossim, extrai-se o seguinte diálogo entre Cecília e Sérgio (fl. 256): "Cecília diz a Sérgio que o negócio está no chão porque não veio escuro como da outra vez. (...) Sérgio diz que tem hora que ela faz certo as coisas e outras não."



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS

245



Não merece reparo, portanto, a sentença condenatória, visto que bem posta.

De outra sorte, tampouco merece prosperar o pleito do Recorrente Erinaldo de diminuição da pena imposta.

Entendo que aos Recorrentes foram corretamente fixadas as medidas da condenação, encontrando-se a dosimetria devidamente fundamentada nas circunstâncias judiciais elencadas no art. 59, do CP, fixando a pena base acima do mínimo legal com fundamento na culpabilidade do agente, a circunstância do delito e a quantidade e qualidade da droga, bem como o envolvimento com presidiários.

Ante o exposto, o meu voto é no sentido de negar provimento aos presentes apelos, a fim de manter a sentença condenatória atacada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 08 de Maio de 2010.

Des. Fausto Campos
Relator



Apelação Criminal n.º 0173267-0 – Primeira Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital.

Apelante(s):	Erinaldo Rodrigues de Santana e Cecília Maria Bastos de Mendonça
Apelado(s):	Ministério Público do Estado de Pernambuco
Relator:	Des. Fausto de Castro Campos
Revisor:	Des. Roberto Ferreira Lins
Órgão Julgador:	Primeira Câmara Criminal

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de apelações criminais interpostas, em separado, por Erinaldo Rodrigues de Santana e Cecília Maria Bastos de Mendonça, em face da sentença do Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital, que os condenou, respectivamente, ao cumprimento das penas de 08 (oito) anos de reclusão e 120 (cento e vinte) dias-multa e 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 55 (cinquenta e cinco) dias-multa, pela prática dos delitos descritos nos artigos 12 e 14 da Lei nº 6368/76.

Nas razões recursais de fls. 316/319, o apelante Erinaldo Rodrigues de Santana alega que não existem nos autos provas suficientes para a condenação. Argumenta, ainda, que, ao dosar a pena, o Magistrado deixou de considerar o aspecto da primariedade. Requer a sua absolvição, e, de maneira alternativa, a redução da reprimenda.

O Ministério Público, às fls. 343/352, apresentou contrarrazões ao recurso de Erinaldo Rodrigues de Santana, requerendo a manutenção do julgado.

Às fls. 374/383, Cecília Maria Bastos de Mendonça apresentou as suas razões de apelação. Preliminarmente, pugna pela decretação da nulidade do processo, alegando cerceamento de defesa. No mérito, requer a sua absolvição em relação ao delito do artigo 14 da Lei nº 6368/76, argumentando que as provas dos autos não indicam a prática do delito de associação para o tráfico.

Nas contrarrazões de fls. 388/394, o Ministério Público destacou que não ocorreu o cerceamento de defesa argüido pela recorrente Cecília, e, no mérito, argumenta que ficou provado nos autos a prática das condutas descritas nos artigos 12 e 14 da Lei nº 6368/76, não merecendo a sentença qualquer reforma.

A Procuradoria de Justiça, no parecer de fls 397/400, opinou pelo não provimento dos recursos.



DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA ARGÜIDA PELA RECORRENTE CECÍLIA MARIA BASTOS DE MENDONÇA:

Argumenta a recorrente que, após a fase de defesa prévia e do recebimento da denúncia, quando do depoimento das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, surgiu nos autos a informação de que a Polícia Civil havia realizado escutas telefônicas e filmagens durante a fase de investigações, tendo a instrução processual chegado até a fase de oitiva das testemunhas sem que a defesa tivesse conhecimento integral das provas. Argumenta que foram ofendidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, devendo o processo ser anulado.

Da análise dos autos, não vislumbro a ocorrência de nulidade processual.

De fato, foram as testemunhas de acusação que mencionaram, quando ouvidas em Juízo, a existência de gravações telefônicas e de imagens dos acusados durante a investigação criminal, contudo, não houve violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa.

À fl. 245 a defensora da apelante requereu a juntada aos autos do material relativo à interceptação telefônica e filmagens, e a designação de audiência para a reprodução e transcrição desse material.

Foi acostado aos autos o relatório de fls. 254/258 e, conforme se verifica às fls. 271/273, foi realizada a audiência requerida, oportunidade em que foram reproduzidos as gravações telefônicas e os vídeos gravados pela Polícia Civil. Na audiência, não houve qualquer contestação, seja por parte do Ministério Público, seja dos defensores dos réus, acerca do conteúdo apresentado.

A demora para a apresentação das referidas provas, produzidas durante a investigação policial, não trouxe prejuízo para a defesa, visto que, após a realização da audiência de reprodução do material, as partes ainda tiveram a oportunidade de apresentar alegações finais, ocasião em que poderiam debater acerca dos novos elementos probatórios. Não se declara, em suma, nulidade sem prejuízo.

Diante do exposto, voto no sentido de rejeitar a preliminar.

DO MÉRITO:

A materialidade delitiva é comprovada pelo laudo de constatação de fl. 52 e pelo laudo pericial de fls. 117/122.

Nas suas razões recursais, o apelante Erinaldo Rodrigues de Santana alegou que não



existem provas nos autos para ensejar a sua condenação.

De início, vale destacar que, quando ouvido na Delegacia de Polícia, o recorrente confessou que encontrou-se com a co-ré Cecília Maria para receber a droga apreendida pelos agentes de polícia. Afirmou que recebeu a quantia de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) de um elemento conhecido como “Márcio” para ir buscar a droga, e que essa não era a primeira vez que fazia esse tipo de transação, que ocorria sempre de maneira semelhante, como ele mesmo descreveu à fl. 19: “(...); **que já pegou CRACK para Márcio, umas 05 (cinco) vezes e em todas elas sempre é uma menina diferente que entrega; que, todas as vezes as meninas ligam para ele interrogado e marcam o local da entrega; (...).**”

Quando ouvido em Juízo, às fls. 201/202, o apelante passou a negar a prática delitiva, afirmando que foi abordado por policiais que efetuavam a prisão de uma mulher, e, como estava próximo, foi acusado de portar armas e drogas. Alega que só confessou o crime na Delegacia porque estava sendo espancado.

Contudo, a apelante Cecília Maria Bastos de Mendonça, às fls. 199/200, afirmou que, em contato por telefone com o co-réu Sérgio Paulo, este lhe orientou a pegar a droga com uma pessoa no bairro de Afogados, para depois repassá-la a outra pessoa, no caso, o apelante Erinaldo, para quem telefonou com o objetivo de marcar um encontro para realizar a transação, sendo ambos presos quando estava prestes a ser feita a entrega da droga.

As testemunhas Edmilson Martins Correia Ramos (fls. 205/206), Izael Gonçalves de Lima (fls. 207/208) e Huelinton Fernando de Moura (fls. 209/210), confirmaram que o apelante foi preso quando se encontrava na companhia da apelante Cecília Maria, que iria lhe repassar uma certa quantidade de Crack.

Por fim, ressalte-se que na audiência de reprodução das escutas telefônicas e vídeos produzidos pela Polícia durante a investigação criminal, a recorrente Cecília Maria confirmou que, num dos diálogos reproduzidos, conversava com o apelante.

No que se refere à conduta do artigo 14 da Lei nº 6368/76 (associação para o tráfico), as provas dos autos indicam que o apelante Erinaldo fazia parte do esquema de tráfico de drogas comandado pelo co-réu Sérgio Paulo. O próprio recorrente confessou na Delegacia de Polícia que recebia R\$250,00 de uma pessoa conhecida como “Márcio” para buscar substâncias entorpecentes, que sempre eram entregues por mulheres, que lhe ligavam e marcavam um local para a entrega da droga. Embora o apelante não tenha confirmado em Juízo as suas declarações prestadas à autoridade policial, a confissão extrajudicial coincide perfeitamente com a narração da recorrente Cecília Maria, que confirmou que recebeu orientação do co-réu Sérgio Paulo para ligar para o apelante Erinaldo e marcar um encontro para a entrega da droga. No relatório de interceptação telefônica de fls. 254/258, constata-se que o apelante chegou a entrar em contato por telefone com Sérgio Paulo e com Cecília, para viabilizar a entrega da droga. Verifica-se que *o modus operandi* descrito na confissão



extrajudicial coincide com o que foi apurado nos autos.

Entendo, ainda, que não merece provimento o pedido de redução da reprimenda feito pelo apelante Erinaldo, que alega que o Magistrado, ao dosar a pena, não levou em consideração o fato de o mesmo ser primário.

Todavia, consta na sentença condenatória, mais especificamente à fl. 307, que o Magistrado, ao estabelecer a pena-base, observou que o recorrente Erinaldo Rodrigues de Santana não possui antecedentes criminais nem personalidade voltada para o crime, tendo dosado as penas-base para os delitos de tráfico e associação para o tráfico um pouco acima do mínimo legal (um ano), por não serem todas as circunstâncias do artigo 59 do Código Penal favoráveis a ele. A pena foi bem dosada e não merece qualquer reforma.

A recorrente Cecília Maria, nas razões de apelação de fls. 374/383, insurge-se apenas contra a condenação pelo crime do artigo 14 da Lei nº 6368/76 (associação para o tráfico). Alegou que o ocorrido foi um fato isolado, e que não participava das transações criminosas organizadas pelo co-réu Sérgio Paulo. Argumenta, ainda, que o enquadramento no artigo 14 da Lei nº 6368/76 exige prova efetiva da associação, de caráter permanente ou duradouro, para a prática do tráfico, sendo que o que existe nos autos é a imputação de um único fato, praticado em concurso de pessoas.

Nada obstante, da análise do conjunto probatório insito nos autos, restou provado que a recorrente praticou o crime descrito no artigo 14 da Lei nº 6368/76. Vejamos:

Quando ouvida na Delegacia de Polícia, às fls. 15/18, a recorrente afirmou que foi orientada por Sérgio Paulo para receber uma quantidade de droga, que seria entregue por um desconhecido e guardar o entorpecente em sua casa, para depois repassar a outra pessoa (que seria Erinaldo). Confirmou ainda que fazia anotações do movimento financeiro de Sérgio e que chegou a receber dinheiro de uma pessoa conhecida como "Gago", tendo depositado esse dinheiro na conta de "Lucinei", por orientação de Sérgio. Chegou a afirmar ainda que possuía oito chips de celular, que usava para se comunicar com Sérgio (que estava preso), evitando que tivesse suas ligações grampeadas.

No auto de apresentação e apreensão de fls. 28/29, consta que foram encontrados na residência da apelante um caderno com anotações financeiras, 08 (oito) chips de celular e 06 (seis) cartões de crédito no nome da mesma.

É de se estagnar o fato de uma jovem com 22 anos à época dos fatos, estagiária da Caixa Econômica, recebendo uma bolsa de R\$475,00, conforme documento de fl. 99, possuir um número tão grande de cartões de crédito.

Apesar de afirmar em Juízo (fls. 199/200) que somente teria participado uma única



vez de atividade relacionada ao tráfico de drogas, confirmou que possuía em casa anotações referentes ao co-réu Sérgio Paulo. Afirmou que não gerenciava as transações feitas por Sérgio, apenas fazia anotações na agenda de acordo com o que o mesmo mandava.

Essas declarações só reforçam os indícios de que a apelante contribuía com as atividades ilícitas comandadas por Sérgio Paulo.

Destaco, ainda, que o relatório de interceptação telefônica de fls. 254/258 indica a participação da recorrente em outras transações comandadas por Sérgio, além da entrega da droga ao apelante Erinaldo. Destaco os seguintes trechos do referido relatório:

“(...); Sérgio diz para dizer a Ana depositar o negócio na conta. (...).”

“Sérgio diz para cecília depositar o dinheiro na conta de Ana e mandar Juliana pegar o negócio do rapaz. Sérgio e Cecília discutem por causa do dinheiro que vai ser depositado. (...); Cecília diz que sabe o destino desse dinheiro e que ele vai pra alguém que ela não pode saber.”

“Cecília diz que esse dinheiro vai pra mão de alguém que ela não pode saber porque quem vai entregar o dinheiro é Ana e não ela (cecília). Cecília pergunta porque ela mesma não vai entregar o dinheiro e Sérgio diz pra ela entregar o bagulho a quem ele mandou.”

Vale ressaltar que na audiência de fls. 271/272 a recorrente reconheceu como sua a voz feminina constante nos diálogos gravados pela Polícia Civil.

Ficou comprovado, portanto, que a recorrente Cecília Maria contribuía para as atividades ilícitas organizadas por Sérgio Paulo, devendo ser mantida a condenação pelo crime do artigo 14 da Lei nº 6368/76.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento aos apelos interpostos, devendo ser mantida, na sua inteireza, a sentença condenatória.

É como voto.


Des. Roberto Ferreira Lins.
Revisor

Adm